



DESNATURALIZAR A EVASÃO, CARACTERIZAR O QUE É EXCLUSÃO!

Luiz Eduardo Lima Cerqueira ¹
Irêndy Araújo de Souza ²

RESUMO

Dentre os problemas que permeiam as discussões sobre educação no Brasil, a exclusão escolar emerge-se. Contudo, não se discute seus reais problemas. A exclusão escolar retira todos os anos milhares de jovens e crianças do ensino regular, e colabora na reprodução da ideia de hegemonia entre os grupos, ou seja, a dominação de um determinado grupo social sobre outro como afirma o filósofo italiano Antonio Gramsci. Para analisar os fatores que influenciam na exclusão dos estudantes da rede básica de ensino do processo educacional foram apresentadas algumas das principais causas no processo de exclusão, são eles: Gravidez precoce, falta de educação sexual nas escolas, precarização do trabalho. Para caracterizar os responsáveis pela exclusão escolar, resolveu-se investigar quais grupos contribuem para o aumento da exclusão atualmente. Destaca-se nesta pesquisa o Estado, que tem como função garantir o acesso à educação de qualidade para todos os indivíduos, todavia as políticas públicas pouco contribuem para a erradicação das diferenças sociais. No presente trabalho foi utilizado o método proposto pela autora Edite Sudbrack partindo das esferas Microsocial e Macrossocial, garantindo assim uma análise mais criteriosa dos fenômenos que desencadeiam a exclusão escolar, tanto fatores externos à escola como internos. O objetivo dessa pesquisa foi o de analisar a exclusão escolar e caracterizar quais são os agentes excludentes e quais motivos influenciam no processo de evasão de milhares de jovens todos os anos no Brasil.

Palavras-chave: Evasão, Precarização, Ensino, Exclusão.

INTRODUÇÃO

Este trabalho surge a partir de debates e estudos construídos na disciplina de Teorias da Educação, na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Nosso maior objetivo é levantar essa temática que nos dias atuais é relevante, pontuando a importância da construção de um estudo que faz uma análise sobre o contexto diário dos alunos e toda a comunidade escolar. Apresentar a exclusão escolar, a partir de outras perspectivas, nos mostra que não é possível separar os cenários sociais que são exteriores à escola, mas buscar inserir estes aspectos no processo de aprendizagem e desenvolvimento dos indivíduos.

¹ Graduando do Curso de Geografia da Universidade Estadual de Feira de Santana – BA, luiz.eduardo999@hotmail.com

² Graduanda do Curso de Geografia da Universidade Estadual de Feira de Santana – BA, irendysouza12@gmail.com

Dessa forma, observa-se que para uma melhor compreensão acerca do tema exclusão escolar, é necessário entender os principais aspectos que influenciam na inserção e inclusão daqueles que são demitidos da escola todas as vezes que sonham e se enxergam como seres ativos de sua própria formação. É perceptível que as relações sociais contribuem na formação do cenário escolar, a pobreza por exemplo associada à desigualdade social se caracteriza como fator de exclusão desses sujeitos.

Esses indivíduos citados anteriormente, são os mais afetados, a ausência de políticas de permanência que assegurem os mesmos, faz com que estes se desmotivem e evadam da escola para trabalhar ou algo relacionado à sua sobrevivência. Os alunos que são menos beneficiados financeiramente, ou que não possuem os recursos necessários para potencializar o seu processo de aprendizagem, acabam ficando nas periferias da escola, sendo excluídos e marginalizados no ambiente escolar.

De acordo com Durkheim, a exterioridade é um dos tópicos que caracterizam o fato social. Tudo aquilo que é exterior ao indivíduo, exerce uma influência em seu comportamento e seu modo de pensar. Partindo dessa premissa, o convívio social do sujeito fora da escola, caracteriza como a escola precisa lidar com esses indivíduos. Isso se dá justamente porque os seres humanos são formados a partir da influência, e têm a capacidade de se relacionar em sociedade, influenciando e sendo influenciado constantemente.

Ao analisar os diversos posicionamentos defendidos pelos pesquisadores da área, pretendemos tecer algumas considerações sobre o fracasso escolar, considerando especialmente a análise presente na obra de Maria Helena Souza Patto intitulada “A produção do Fracasso Escolar” (2000) e os apontamentos publicados pela professora Edite Maria Sudbrack em seu livro “Demitidos da escola” (1997), relacionando-os ao uso do termo evasão e como isso se caracteriza por entender que tais estudos são relevantes para subsidiar apontamentos referentes ao tema.

METODOLOGIA

Através de debates no meio acadêmico (UEFS), e com leituras baseadas em autores que trabalham sobre o tema do artigo, a metodologia aplicada mais especificamente para a execução do artigo foi a revisão bibliográfica, tais como análise de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com a elaboração de tabelas. O conhecimento construído por meio da leitura de trabalhos já publicados contribuiu para fomentar o debate sobre o tema, além de permitir uma análise com maior qualidade. A partir disso, foi possível perceber que o Estado contribui sim com a reprodução da desigualdade dentro da escola, e que não fez políticas de incentivo mais elaboradas dentro do ambiente escolar, durante as últimas décadas, nota-se que não houve uma criação significativa de projetos que incentivem os estudantes a não evadirem.

REFERENCIAL TEÓRICO

No Brasil, a desigualdade de acesso a recursos de bens sociais, culturais e econômicos, deixa transparente o marco dos privilégios de algumas classes mais favorecidas do que outras. Não é possível ser parcial, frente a um Estado ausente e sem políticas públicas efetivas e capazes de mudar essa realidade. Seria o fracasso e a exclusão escolar um objetivo disfarçado?

Na medida em que a própria organização escolar oferece condições para o fracasso escolar, essa deixa de ser um fracasso e emerge como um objetivo educacional encoberto, que viabiliza o cumprimento de seu papel social de legitimadora da estratificação social nas sociedades capitalistas. (Chaves, 1990, p. 348)

O modo oficial de pensar as dificuldades da permanência e progresso da educação de milhões de jovens na sociedade brasileira, é uma das problemáticas que a autora Patto se propõe a analisar. Para a escola, foi dada, desde sua fundação e principalmente depois da formação dos Estados Modernos, a função de inserir os indivíduos na sociedade de modo a padronizar as relações sociais e favorecer o bom comportamento e respeito aos seus semelhantes. É preciso ressaltar que essa função que era estritamente da família, passa a fazer parte dos objetivos da escola. Com isso, as famílias acabaram perdendo no decorrer da



história, o protagonismo em relação a formação e educação de seus jovens, essa mudança gerou e contribui com muitos conflitos na sociedade, citaremos alguns.

A fome se configura como um problema para milhões de crianças e jovens das escolas públicas brasileiras. De acordo com a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (PENSSAN) do total de 211,7 milhões de brasileiros(as), 116,8 milhões conviviam com algum grau de Insegurança Alimentar e, destes, 43,4 milhões não tinham alimentos em quantidade suficiente e 19 milhões de brasileiros(as) enfrentavam a fome. Sem dúvidas, não há como projetar grandes avanços na educação sem que haja uma nutrição de qualidade para esses indivíduos. A família não pode deixar de entender sua função no processo de consolidação da educação e precisa assumir seu papel enquanto garantidora dos direitos à saúde e alimentação de qualidade, conforme cita o Art. 205 da Constituição Federal (1988):

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.(Art. 205, 1988)

É preciso pontuar, que o espaço em que o estudante está inserido fora da escola acaba constituindo os lugares que ele ocupa também dentro da sala de aula. Como citado anteriormente, as periferias da escola são majoritariamente ocupadas por aqueles que estão prestes a serem demitidos de sua própria formação, por não corresponderem com o que se espera deles. Estamos falando de meninas que engravidam durante os anos da escola básica e por isso são excluídas da escola, sendo obrigadas a carregar o fardo de não poder ir a escola e ainda ser excluída por ter engravidado. Falamos também daqueles que não têm opções de trabalho devidamente regularizado, e por isso aceitam empreender sua mão de obra em trabalhos sem jornada preestabelecida e sem salários justos.

Segundo dados da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (Pnad) no ano de 2019, que foi realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) aponta que há uma falta de incentivo para crianças e adolescentes frequentarem regularmente o ambiente escolar, o que gera consequências na sua formação, ou seja, falta projetos que tenham como objetivo principal inserir esses indivíduos no contexto escolar de uma forma que seja prazerosa. Na fase da vida entre 14 aos 16 anos, é comum surgir o interesse entre os sujeitos, para ingressar no mercado de trabalho, o que é permitido partindo da Lei 10.097 sendo



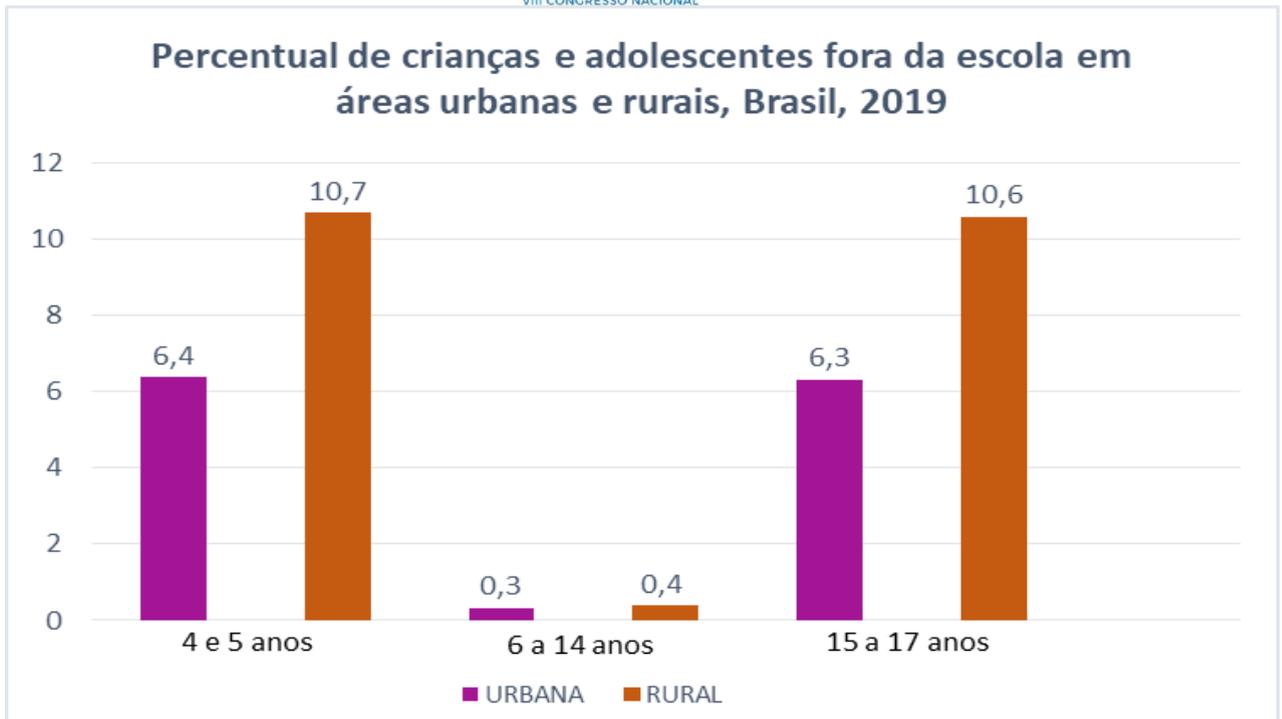
reconhecida como “Lei do Aprendiz”, desde que o trabalho não interfira prejudicando a sua vida escolar.

Em UNICEF (2021) é apresentado que há uma diferença do acesso à escola entre a parcela da população 20% mais pobre, pois é notório que no Brasil as escolas públicas que recebem filhos da classe trabalhadora são bem precarizadas. Há um déficit de professores trabalhando excepcionalmente em suas áreas específicas de ensino, nas escolas públicas por exemplo, é comum professores formados nas ciências humanas darem aulas de várias matérias como: Geografia, História, Filosofia.

Além de citar que nas escolas públicas muitas vezes recursos didáticos são mais limitados, o professor muitas vezes possui saberes específicos que necessita de um recurso que deve ser oferecido pelo Estado, no entanto não é atendido. Todos esses são fatores micro estruturantes de acordo com o método da professora Sudbrack, em muitas instituições não são capazes de oferecer o apoio necessário para a realização de atividades mais dinamizadas em sala, o que acaba ocasionando uma desmotivação para os sujeitos que frequentam aquele espaço, levando a desistência.

Um cenário que difere-se quando é analisada a parcela 20% mais rica segundo o UNICEF (2021), é possível analisar que as escolas são mais estruturadas, professores direcionados a suas áreas de formação, as escolas estão bem localizadas geograficamente, muitas escolas possuem recursos tecnológicos que acabam influenciando em outras formas de ensino, idealiza-se que nas escolas privadas a meta é um ensino de qualidade. É possível concluir que, o recorte de classe social está incluído na construção da exclusão escolar, se configurando como um fator macro estruturante, ou seja, está fora da comunidade escolar, mas exerce total influência no processo de exclusão.

Ao analisarmos ainda a relação entre o número de jovens que estão fora da escola nas áreas urbanas e rurais, é possível perceber que os jovens que residem em zonas rurais estão em maior percentual fora da escola. O gráfico a seguir, elaborado com base nos dados da UNICEF (2021), revela a grande diferença na frequência escolar desses jovens. Isso por conta do acesso à escola que se dá de maneira diferente nos dois contextos. Questões relacionadas com o transporte e a necessidade de ajudar as famílias nas lavouras, se constituem como influentes nos dados abaixo apresentados.



Fonte: IBGE (ADAPTADO). Pnad 2019. Nota: Não foram considerados nos cálculos 549.466 jovens de 15 a 17 anos que declararam ter completado o Ensino Médio. Desses, 148.026 estão frequentando a escola e 401.440 não estão frequentando a escola.

A falta de transporte escolar também se constitui como fator de exclusão. Regiões do país com condições precárias de circulação, sobretudo áreas rurais, marcadas por longas distâncias, experimentam maiores níveis de analfabetismo e de evasão, por conta das dificuldades enfrentadas no trajeto casa-escola, causando um desestímulo com aqueles que desejam ir à escola. O Estado ao longo dos anos tentou amenizar estes impactos nessas áreas, entretanto não foram suficientes para erradicar o problema.

Dentre os autores memoráveis que discutem sobre Educação, Bourdieu contribuiu de forma relevante quando pontua que a escola pode ser um lugar que formula o processo de reprodução das desigualdades sociais, com a exclusão escolar não é diferente, a ordem social que constrói a sociedade, forma uma estrutura social que influencia os comportamentos dos sujeitos sob determinadas situações. Nessa pesquisa é preciso pontuar que o Estado é responsável, por não contribuir de forma direta com a organização da parte estrutural da escola.

Ainda sobre Bourdieu, o autor trata de um conceito muito necessário nesse debate, o de violência simbólica. Esse tipo de violência segundo ele, é aquela que atinge diretamente o campo afetivo e subjetivo dos indivíduos, sobretudo suas diferenças enquanto sujeitos membros de sociedades complexas. Nas variadas esferas da sociedade, é possível encontrar seres humanos com características físicas, emocionais, culturais e políticas exacerbadamente diferentes.

A escola, nesse sentido, contribui com a violência simbólica, quando não respeita em seu planejamento pedagógico às diferenças e não se preocupa em representar os vários estudantes que ali estão. Por isso, deve-se pensar em alternativas que possam inserir e englobar todos os indivíduos que vivem cotidianamente no espaço escolar, pois há uma troca de realidades extremamente distintas e a escola não pode ter um olhar voltado apenas para um grupo social.

A exclusão escolar é um sintoma da sobreposição de uma classe dominante sobre uma classe dominada. Para o enfrentamento do fracasso escolar, é necessário relacionar-se com a evasão escolar. O abandono escolar é alimentado principalmente no ensino médio. Num cenário de auge das desigualdades sociais promovidas pelo sistema capitalista, a tendência é que os jovens entre 15 e 24 anos evadam da escola e ingressem de maneira precoce em trabalhos precários.

As condições de trabalho no período capitalista, são impostas pelo sistema, dessa forma, a sociedade vai se adaptando a essa estrutura que, por sua vez, é desigual. O Estado é capaz de construir e organizar tudo isso, muitas vezes causando uma alienação em massa, pois ele tem esse poder. A escola tem um papel importante na manutenção das estruturas desiguais da sociedade. No contexto escolar do século XIX, é apresentada uma educação com objetivo de romper com a alienação imposta pelo Estado, e com chances dos trabalhadores obterem seus direitos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao analisar os aspectos e fatores que se integram ao cenário escolar, as diversas perspectivas que a escola fornece para a sociedade contribuíram na elaboração deste trabalho. O resultado da revisão bibliográfica originou a concepção mais ampla sobre o tema, a análise



de dados integrados aos contextos sociais serviu para esclarecer como é construída a exclusão escolar. Foi possível constatar que o Estado exerce um papel fundamental na construção dessa exclusão, pois a falta de políticas públicas - que se configura como um fator da macroestrutura - contribui para a reprodução do fracasso escolar.

Nos documentos oficiais a respeito do tema, o uso do termo “evasão” traz a ideia de que o indivíduo é o principal culpado da sua saída da escola. No entanto, ao compreender essa realidade, é possível constatar que na maioria das vezes o indivíduo é o que menos influencia na sua evasão. Fatores da micro e da macroestrutura são condicionantes importantíssimos nesse sentido. Afinal, a educação faz parte da totalidade social, ela não está isolada.

Quando analisamos a Constituição Federal de 1988 sabemos que é institucionalizado o compromisso e responsabilidade do Estado com a educação, é preciso que se tenha uma garantia dos direitos a todos sem distinções às classes sociais. Neste sentido, a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990, assegura o cumprimento dos direitos, alguns desses exemplos são: oferecer um ensino público de qualidade, com um atendimento educacional especializado, transporte e alimentação, de forma gratuita. Contextualiza-se que esses serviços são oferecidos pelo Estado, no entanto há controvérsias nas escolas, principalmente as que estão situadas em zonas periféricas nota-se, que impactos relacionados a falta de um amparo do Estado modifica todo processo de escolarização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conjuntura dada pela exclusão escolar no Brasil é reproduzida em cada região do país em proporções diferentes. As desigualdades entre o Urbano e Rural acabam apresentando como as áreas mais privilegiadas favorecem a exclusão de um determinado grupo social. Áreas centrais são muito mais privilegiadas e com melhores condições e privilégios do que as áreas periféricas. Esse contraste se acentua ainda mais quando se trata das capitais e do interior dos Estados.

Na análise escolar da rede básica de ensino, muitos desafios são enfrentados e podemos subdividir a investigação por grupos, tendo como exemplo a gravidez precoce na adolescência, onde a responsabilidade de cuidar de uma criança acaba impedindo a permanência da mãe na escola. O segundo grupo está relacionado à população, principalmente a parte abastada economicamente, porque se ela se preocupa somente com a

educação privada, diferenciada e elitista. Não tendo consciência coletiva para determinados grupos sociais mais precários.

Problematizar a exclusão escolar, tendo em vista que para o Estado, essa exclusão não ocorre, demonstra que é apenas um abandono do aluno. Para o enfrentamento do fracasso escolar, é necessário que seja possível a criação de ações promovidas pelo Estado. Fatores intraescolares são considerados quando é investigada a exclusão. É impossível sustentar o argumento de erradicação da exclusão escolar. Desnaturalizar a exclusão escolar é um desafio na atualidade, é necessário que o Estado tenha uma atenção maior e repense quais métodos a instituição escolar pode adotar para não afastar milhares de estudantes todos os anos, pois isso tem um impacto em todo país e em todos os setores.

REFERÊNCIAS

AUSENTES EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO. **AUSENTES: evasão escolar no ensino médio –Documentário.** Acesso em:15/06/2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vouEeBimqos> Acesso em: 29/09/2022

BRANDÃO, Zaia. **A dialética micro/macro na sociologia da educação.** Cadernos de pesquisa,p. 153-165, 2001.

BRASIL. Conselho Nacional da Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001. **Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica.** Diário Oficial da União, Brasília, 14 de setembro de 2001. Seção IE, p. 39-40. Disponível em:< <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>. Acesso em: 06 fev. 2020.

CNN Brasil Business. **Exclusão escolar: Entenda os impactos da pandemia na educação.** Acesso em: 15/06/2022. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=u5KkyBu_iU4.

CUNHA, Leonardo Ferreira Farias da; SILVA, Alcineia de Souza; SILVA, Aurênio Pereira da. **O ensino remoto no Brasil em tempos de pandemia: diálogos acerca da qualidade e do direito e acesso à educação.** Revista Com Censo: Estudos Educacionais do Distrito Federal, Brasília, v. 7, n.3, p. 27-37, ago. 2020. Disponível em: <http://www.periodicos.se.df.gov.br/index.php/comcenso/article/view/924>. Acesso em: 03 fev. 2021.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
Jornal Folha de São Paulo. **Pandemia desacelera perda de alunos na EJA, mas orçamento está em queda.** Acesso em 15/06/2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/podcasts/2022/05/pandemia-desacelera-perda-de-alunos-na-eja-mas-orcamento-segue-em-queda.shtml>



INSEGURANÇA ALIMENTAR E COVID-19 NO BRASIL. Rede PENSANN. Disponível em: https://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf Acesso em: 29/11/2022

NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins; NOGUEIRA, Maria Alice. **A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições.** Educação & Sociedade, v. 23, p. 15-35, 2002.

SUDBRACK, Edite Maria. **Demitidos da escola: um outro olhar sobre a exclusão.** Frederico Westphalen. Ed. URI, 1997.